

O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO E A HISTORIOGRAFIA DA PÓS-GRADUAÇÃO PAULISTA

Haike Roselane Kleber da Silva

Doutora em História pela UFRGS.
Executiva Pública do Arquivo Público do Estado de São Paulo.
E-mail: haikesilva@gmail.com

Stanley Plácido da Rosa Silva

Doutorando em História Econômica pela USP
Executivo Público do Arquivo Público do Estado de São Paulo.
Professor Pesquisador da Universidade Federal de São Paulo - Campus Osasco
E-mail: stanleyplacido@hotmail.com

Resumo: O artigo propõe um estudo sobre a contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) para a produção historiográfica dos programas de pós-graduação em História das universidades paulistas. Para isso, analisa as teses e dissertações de 2006 a 2015 disponíveis nos catálogos de busca das referidas instituições de ensino com vistas a auferir a relevância que seu acervo permanente teve para as pesquisas concluídas nesse período e refletir criticamente sobre os rumos seguidos pelo Arquivo. O resultado da análise aponta para uma perceptível tendência de queda na utilização da documentação de caráter permanente da instituição pelos alunos de mestrado e doutorado em História dos programas de pós-graduação analisados.

Palavras-chave: Arquivos Permanentes. Historiografia. Universidades Paulistas. Pós-graduação. Gestão de Arquivos.



1 INTRODUÇÃO

A História como disciplina e os arquivos como instituição cresceram juntos e se desenvolveram profundamente imbricados. Ambos tiveram sua consolidação no século XIX, dando suporte um ao outro no sentido de produzir as histórias e identidades nacionais. A historiografia seguia a máxima de Langlois e Seignobos segundo a qual “História se faz com documentos”, e os documentos encontravam-se nos arquivos. Já os arquivos, assim

como a arquivística, foram influenciados em sua institucionalização, organização e construção teórica pela forma como os historiadores escreveram a História (BARROS, 2014).

O resultado dessa união pode ser observado na produção acadêmica ao longo do século XX, distinguindo-se um pouco essa realidade em suas últimas décadas. Se a crise de paradigmas modificou a conduta do historiador frente aos documentos, ampliou o conceito e o leque de fontes passíveis de análise, também os arquivos estendem – quando não transformam – sua perspectiva e razão de existir. As instituições arquivísticas passam a ser responsáveis por todo o “ciclo de vida” dos documentos da administração pública, entendendo-se mais como um instrumento de gestão da máquina do Estado do que um aliado da produção historiográfica (JARDIM, 2011). Ambas as transformações tiveram seu impacto na produção acadêmica da área da História e servem como explicação inicial para a análise que faremos aqui.

A pesquisa analisou o uso dos documentos custodiados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo nas produções acadêmicas em nível de mestrado e doutorado em História entre 2006 e 2015. Utilizou-se como fonte teses e dissertações defendidas nesse período nos programas de pós-graduação (PPGs) em História da USP (História Social-HS e História Econômica-HE), UNICAMP, UNESP (Assis e Franca) e PUC-SP.

O recorte temporal levou em conta a disponibilização dos trabalhos nas páginas eletrônicas institucionais, procedimento que, em geral, se deu a partir de 2006. O recorte espacial-institucional, por sua vez, respeitou a antiguidade de produção de pesquisa das quatro mais destacadas universidades do estado de São Paulo no âmbito do conhecimento histórico. Em razão dessa opção, a pós-graduação em História oferecida pela Universidade Federal de São Paulo – campus Guarulhos, em nível de mestrado acadêmico, não foi incluída no estudo, visto que as primeiras defesas das respectivas dissertações ocorreram somente em 2015.

Por fim, a demarcação dos programas de pós-graduação em História deveu-se pelo mesmo motivo: o fôlego exigido. Não

apenas pesquisas historiográficas se utilizam das fontes custodiadas pelo Arquivo Público. Dissertações e teses ou pesquisas de pós-doutorado das áreas de Filologia, Educação, Arquitetura, Geografia, Jornalismo, entre outras, têm se valido com frequência dos documentos preservados e disponibilizados no Arquivo Público do Estado. Uma pesquisa que as envolvesse exigiria a ampliação do recorte espacial-institucional, que ultrapassaria, inclusive, os contornos do estado, quiçá do país.

O Arquivo Público do Estado de São Paulo reúne documentação que remonta ao século XVI, embora esta reunião tenha começado apenas no século XVIII. Iniciou a acumulação enquanto era apenas um arquivo corrente da Secretaria de Governo da Capitania. Ao longo de sua existência experimentou diversas configurações dentro da estrutura do Estado tendo, paulatinamente, expandido sua área de atuação, especialmente nas últimas décadas, com a criação, em 1984, do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP), do qual é o órgão central, responsável pela preservação do patrimônio arquivístico, pela gestão documental e pelo direito de acesso aos documentos públicos (BERNARDES, 2015).

O fortalecimento da instituição está relacionado, também, à mudança para a Secretaria da Casa Civil em 2007, quando o APESP deixou a Secretaria de Cultura e foi vinculado a uma secretaria estratégica do ponto de vista político-orçamentário (BACELLAR, 2012; BARBOSA, 2013). Atualmente o Arquivo volta à Secretaria de Governo (SÃO PAULO, 2015) com funções que compreendem desde a gestão documental, a preservação dos documentos permanentes e ações de difusão cultural até a coordenação do Serviço de Informações ao Cidadão, instituído em decorrência da promulgação da lei federal n. 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação. No que se refere a esta última atribuição desempenhada pela instituição, cabe ressaltar que ela decorre da percepção de que com a promulgação da lei não só foi reforçado o direito à informação pública, como também foram definidos prazos máximos para responder ao cidadão. O acesso à

informação, assim, se tornou pleno e, como observa Bernardes (2015), amplo em temáticas, exigindo, agora, uma ação do Estado no sentido de fornecer em tempo hábil a informação requisitada.

2 O ACERVO PERMANENTE E A PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO

Inicialmente, fazemos a ressalva que o Arquivo mantém sob sua guarda documentação variada que vai muito além do que foi produzido pela administração pública estadual. Constatam também em seu acervo a documentação iconográfica de fundos privados e um vasto acervo de jornais e revistas de variedades do início do século XX. Todo este conjunto de fontes está disponível aos pesquisadores – mesmo que por meio de instrumentos de pesquisa pouco descritivos – e tem sido explorado, às vezes mais, às vezes menos, como matéria-prima para projetos de pesquisadores de variadas titulações e níveis profissionais de carreira.

Nesse sentido, com o objetivo de avaliar o peso que o acervo do Arquivo Público do Estado teve e tem na pós-graduação em História das universidades paulistas, propomo-nos a levantar os números totais referentes a essa produção. Exploramos as páginas eletrônicas e bancos de teses e dissertações dos PPGs anteriormente mencionados e, no caso das três universidades públicas, obtivemos os números totais pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). No caso específico da PUC-SP, utilizamos o site da própria instituição.

Tabela 1 – Teses e dissertações em História defendidas nas universidades paulistas: 2006 a 2015

Ano	USP-HS	USP-HE	PUC-SP	UNICAMP	UNESP Assis	UNESP Franca	Total
2006	74	29	52	31	24	21	231
2007	76	17	58	37	29	21	238
2008	90	31	61	34	23	27	266
2009	78	20	70	39	29	31	267
2010	94	12	54	28	24	26	238
2011	100	17	59	34	27	25	262
2012	74	14	70	44	20	26	248

2013	89	20	70	46	30	24	279
2014	88	27	54	30	30	24	253
2015	111	23	75	53	29	22	313
Total	874	210	623	376	265	247	2595

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de USP, 2016a; UNICAMP, 2016a; UNESP, 2016a; PUC-SP, 2016.

Com pequena variação ao longo do tempo, o número total de teses e dissertações somado manteve-se orbitando a casa das duzentas e cinquenta defesas anuais, à exceção do ano de 2015, quando foi ultrapassado o total de trezentas defesas, com forte participação dos programas mais tradicionais, quais sejam o de História Social da USP e os de História da Unicamp e da PUC-SP. A proeminência desses programas, de todo modo, é observada não só no último ano, mas ao longo da série histórica observada, algo explicável de certa forma – à exceção do Programa de Pós-graduação em História Econômica – pela maturidade adquirida pelo corpo docente e pela instituição ao longo dos anos, haja vista que eles precedem, cronologicamente, os demais analisados, como demonstrados na tabela 2.

Tabela 2 – Ano de criação dos Programas de Pós-Graduação em História das universidades paulistas

Pós-Graduação	Universidade	Ano de Criação
História Social	USP	1971
História Econômica	USP	1971
História	UNICAMP	1985
História	PUC-SP	1992
História	UNESP - Assis	1998
História	UNESP - Franca	2000
História	UNIFESP	2012 ⁽¹⁾

(1) Incluída na tabela apenas para contextualização histórica, visto que os trabalhos do Programa de Pós-graduação da Unifesp não foram analisados neste artigo.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de CAPES, 2016b.

É importante ressaltar, todavia, que a pós-graduação paulista na área de História, mesmo hoje, com a expansão que em 2015 totalizava 71 programas pelo país, permanece como uma das mais vigorosas nacionalmente. A título de exemplo, em 2014 ocorreram, segundo o CNPQ, 848 titulações de mestres ou doutores na área. Em termos proporcionais, portanto, as 313 titulações oriundas dos seis programas analisados no presente trabalho correspondem a quase 1/3 de todas as titulações do país no ano em questão. (CAPES, 2016a).

Diante da imensa produção acadêmica dos seis programas de pós-graduação em questão, buscamos verificar quantas dessas teses ou dissertações fizeram uso, em alguma medida, de material sob a guarda do Arquivo Público do Estado. Cumpre ressaltar, à guisa de explicação metodológica, que não lemos exaustivamente todos os 2.595 trabalhos defendidos no período em questão. Cada dissertação ou tese recebeu uma leitura instrumental, e uma atenção especial às partes nas quais as instituições e fontes consultadas são normalmente mencionadas: agradecimentos, lista de siglas, introdução, rodapés, fontes e bibliografia.

Em casos de uso de fontes bibliográficas, jornais e revistas, nem sempre foi possível concluir, pelas informações dispostas, em quais instituições estas fontes foram acessadas. A dúvida aparecia porque muitos dos títulos pesquisados compõem o catálogo de hemeroteca do Arquivo Público e poderiam ter sido acessados na instituição. Quando foi possível formarmos convicção de que, apesar de não citarem expressamente, a fonte utilizada pertencia ao acervo do APESP, como nos casos em que somente esta instituição é detentora do respectivo documento, optamos por incluí-lo na contagem. Nas ocasiões em que não havia nenhuma forma plausível de confirmação, consideramos que a documentação do Arquivo não foi consultada.

A tabela 3 demonstra, em números absolutos e percentuais, a quantidade de teses e dissertações em História defendidas das universidades mencionadas (USP, PUC-SP, UNICAMP e UNESP) que utilizaram documentação sob a guarda da instituição.

Tabela 3 – Teses e dissertações defendidas nas universidades paulistas que fizeram uso de documentação sob a guarda do APESP: 2006 a 2015

Ano	USP-HS	USP-HE	PUC-SP	UNICAMP	UNESP	UNESP	Total
					Assis	Franca	
2006	8	4	1	3	4	6	26
2007	12	5	2	1	2	6	28
2008	5	8	1	2	2	6	24
2009	13	4	2	5	6	6	36
2010	13	1	2	0	1	4	21
2011	16	5	1	3	1	6	32
2012	11	4	1	1	5	5	27
2013	9	7	0	1	4	5	26
2014	11	5	3	3	2	5	29
2015	15	2	1	1	3	1	23
Total	113	45	14	20	30	50	272

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de USP, 2016a; 2016b; UNICAMP, 2016^a, 2016b; UNESP, 2016^a, 2016b; PUC-SP, 2016.

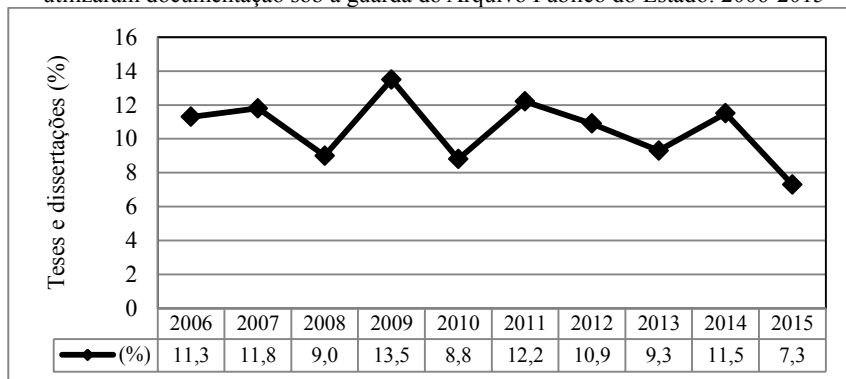
Em um período de 10 anos, o Arquivo contribuiu em maior ou menor grau com 272 teses e/ou dissertações nas universidades analisadas, número significativo em valores brutos e se considerarmos o paulatino avanço no campo historiográfico das últimas décadas. Observando atentamente a tabela, no entanto, outras conclusões são possíveis.

A primeira é a de que, em números absolutos, a pós-graduação em História Social da USP é responsável por mais de 40% dos trabalhos que, de alguma forma, utilizam fontes do Arquivo. A segunda conclusão diz respeito ao percentual de trabalhos dentro de cada programa e, nesse quesito, chama a atenção o fato de que aproximadamente um em cada cinco trabalhos da pós-graduação em História Econômica faça uso dos documentos da instituição, já que isso nos dá pistas importantes de que a área de concentração pode influir na utilização ou não do acervo do Arquivo Público do Estado.

Por fim, notamos certa estabilidade no percentual com o qual a instituição colabora com as pesquisas dos alunos como um todo, estável na média de 10%, em que pese a queda no percentual total pela primeira vez em 2015 para 7,3%. Essa

redução na utilização de seu acervo, ainda que não possa ser vista como uma tendência clara de perda de espaço no cenário da pós-graduação paulista, deve ser interpretada, no mínimo, como um sinal de alerta quanto à questão, como se observa no gráfico 1.

Gráfico 1 - Percentual de teses ou dissertações das universidades paulistas que utilizaram documentação sob a guarda do Arquivo Público do Estado: 2006-2015



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de USP, 2016a; 2016b; UNICAMP, 2016a, 2016b; UNESP, 2016a, 2016b; PUC-SP, 2016.

Levantados os dados brutos, indagamo-nos em que medida teria o fator geográfico papel preponderante em termos de utilização ou não da documentação disponível no Arquivo Público do Estado. Diante desse questionamento agrupamos os programas de pós-graduação em dois grupos: um com as pós-graduações localizadas na capital do estado, formado pelos dois programas da USP e o da PUC-SP, e outro, do interior, com os dois programas da UNESP e o da UNICAMP.

Os dados demonstraram, de certa forma, algo já imaginado, isto é, a localização geográfica, em certa medida, influencia o pesquisador na hora do levantamento de fontes a que se propõe: entre os 272 trabalhos de História nas universidades analisadas que utilizam documentação sob a guarda do APESP, 208 (76,5%) são oriundos de programas de pós-graduação sediados na capital paulista.

Auferida a questão geográfica, indagamo-nos sobre as preferências temporais de pesquisa dos pós-graduandos que se utilizam do acervo disponível à consulta no APESP e classificamos as teses e dissertações a partir do período histórico que abarcavam. Sem inovar nesse ponto, optamos por seguir a clássica divisão tripartite da história nacional, incluindo em categorias à parte, porém, aqueles trabalhos cuja periodização perpassou mais de um desses marcos temporais.

Tabela 4 – Recorte histórico-temporal das Teses e dissertações que fizeram uso da documentação sob a guarda do APESP: 2006 a 2015.

Ano	Colônia	Colônia+		Império	Império +	
		Colônia + Império	República		República	República
2006	6	1	0	5	0	14
2007	4	0	1	4	2	17
2008	0	3	0	3	2	16
2009	2	1	0	5	4	24
2010	1	0	1	6	1	12
2011	5	3	0	6	1	17
2012	3	1	1	5	0	17
2013	4	2	0	4	1	15
2014	1	0	1	8	2	17
2015	3	0	0	4	2	14
Total	29	11	4	50	15	163

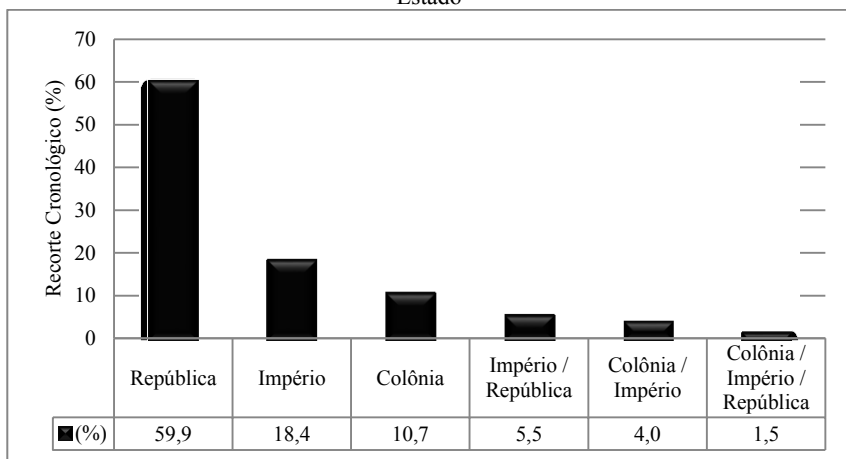
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de USP, 2016b; UNICAMP, 2016b; UNESP, 2016b; PUC-SP, 2016.

Na tabela 4 é possível observar que há certa constância nos recortes ditos tradicionais, independente do objeto, as pesquisas tendem a ter como datas de início e término a periodização clássica, sendo poucos, portanto, os que têm uma abordagem que escapa à divisão já consagrada de Colônia, Império e República. Ainda que restrita aos trabalhos que utilizaram as fontes do Arquivo Público do Estado, esses números se contrapõem ao observado por Fico e Polito (1996) quando afirmaram, à época, que as periodizações clássicas estariam em declínio.

Ao convertermos os números brutos em percentuais sobre os 272 trabalhos identificados que utilizaram documentação do Arquivo nos depararam com mais uma constatação a fazer, isto é, a predominância, ao longo dos anos, do período republicano como objeto privilegiado de estudo, oscilando de um mínimo de 51,9% em 2006 ao máximo de 76,2 % dos trabalhos em 2008. Mesmo que isolássemos o período republicano e agrupássemos os demais, a somatória desses trabalhos agrupados ainda seria menor que o referente à República, o qual, sozinho, respondeu por praticamente 60% dos trabalhos aqui abordados, conforme observamos no gráfico 2.

No caso do período colonial, especialmente no que se refere aos séculos XVI, XVII e XVIII, esse recorte temporal apresenta, além de relativa escassez de fontes à medida que recuamos no tempo de análise, um desafio adicional à pesquisa: a leitura dos documentos. Como não é usual encontrarmos a disciplina de Paleografia nos cursos de graduação em História (BACELLAR, 2005, p. 58), talvez esse seja mais um elemento a explicar o baixo número de trabalhos que contemplam esse período.

Gráfico 2- Recorte cronológico dos trabalhos que utilizaram acervo do Arquivo do Estado



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de USP, 2016b; UNICAMP, 2016b; UNESP, 2016b; PUC-SP, 2016.

Observamos também quais os acervos pesquisados usando como categorias os gêneros documentais — textuais, iconográficos, cartográficos, bibliográficos e DEOPS. As categorias correspondem não só a uma definição teórica, conforme consta no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73-79), mas também à divisão em diferentes setores de tratamento e de acesso à documentação na instituição.

A exceção à regra é a documentação do DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social: conjunto documental com organização e codificação próprias, mantidas desde sua origem, possui 1.530.000 fichas remissivas, 149.917 prontuários e 9.141 dossiês de pessoas, partidos políticos, empresas e movimentos sociais investigados pelo órgão (REVISTA DO ARQUIVO, 2016). Por essa razão, costuma ser considerado em separado, haja vista sua popularidade como fonte de pesquisa, composto de documentos chamados “sensíveis” (MARTINS, 2016), importantes provas da ação do Estado na repressão política durante o século XX, e sua consulta pública, uma conquista à sociedade em sua transição democrática.

Os números relativos ao uso dos diferentes gêneros como fonte para as pesquisas de mestrado e doutorado nos mostram uma preponderância do uso dos gêneros textual e bibliográfico, assim como do acervo do DEOPS. Os gêneros cartográfico e iconográfico tiveram pouca relevância nas pesquisas analisadas. A documentação cartográfica foi utilizada como fonte em 9 dos 272 trabalhos, de forma isolada (2 dos 9) ou em confronto com outros gêneros documentais. A documentação iconográfica esteve presente em 10 trabalhos, analisada de forma destacada (3 dos 10) ou com outros gêneros do acervo.

Tabela 5 - Teses e dissertações que fizeram uso da documentação sob a guarda do APESP divididas por gênero documental utilizado: 2006 a 2015

Ano	Bibliográfico	Textual	DEOPS	Textual +	
				Bibliográfico	Outros ⁽¹⁾
2006	5	10	4	5	2
2007	10	6	3	6	3
2008	9	4	6	3	2
2009	11	10	5	5	5
2010	5	10	5	1	0
2011	10	6	5	9	2
2012	7	9	5	4	2
2013	8	10	5	2	1
2014	9	8	3	2	7
2015	9	6	4	1	3
Total	83	79	45	38	27

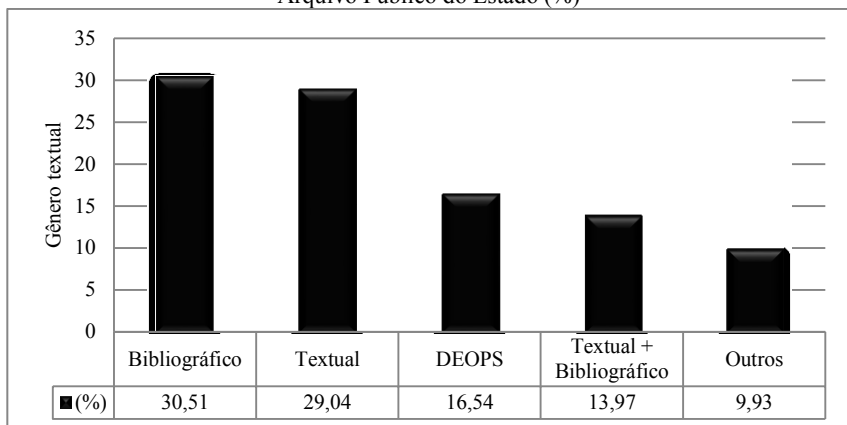
(1) Categorizamos como *Outros* os trabalhos que utilizaram os acervos cartográficos e iconográficos de forma isolada e combinada entre si ou outras formas de combinações esporádicas, as quais, em comparação com o todo, possuem baixa representatividade.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de USP, 2016b; UNICAMP, 2016b; UNESP, 2016b; PUC-SP, 2016.

Na tabela 5, destacamos individualmente apenas o uso dos documentos textual, DEOPS, bibliográfico e textual-bibliográfico combinados, o que representa mais de 90% dos trabalhos, deixando os outros gêneros documentais e demais combinações entre si (27 trabalhos) categorizados como *Outros*.

Isoladamente, a documentação mais pesquisada foi a bibliográfica (30,52%), seguida da textual (29,04%) e do DEOPS (16,54%). Na composição de gêneros, a preferência foi dada ao textual e bibliográfico (13,97%), e à última categoria, agrupamento dos outros acervos e combinações, coube o total de 9,93%. Por fim, se compreendermos o acervo DEOPS como parte do gênero textual, este se sobressai frente aos demais, visto que nessa contabilização alcançaria um percentual superior a 45% do total de trabalhos analisados.

Gráfico 3 - Recorte por gênero documental das teses e dissertações com acervo do Arquivo Público do Estado (%)



Fonte: Elaborada pelos autores a partir de USP, 2016b; UNICAMP, 2016b; UNESP, 2016b; PUC-SP, 2016.

Em certa medida, a ampla utilização do acervo DEOPS e dos documentos bibliográficos pode ser enxergada também como um elemento explicativo para a preponderância do período republicano em detrimento dos demais recortes temporais, haja vista a forte relação entre percentual obtido a partir da soma desses acervos, superior a 47% dos trabalhos, e a quantidade que utilizou o período republicano (59,9%) como recorte temporal.

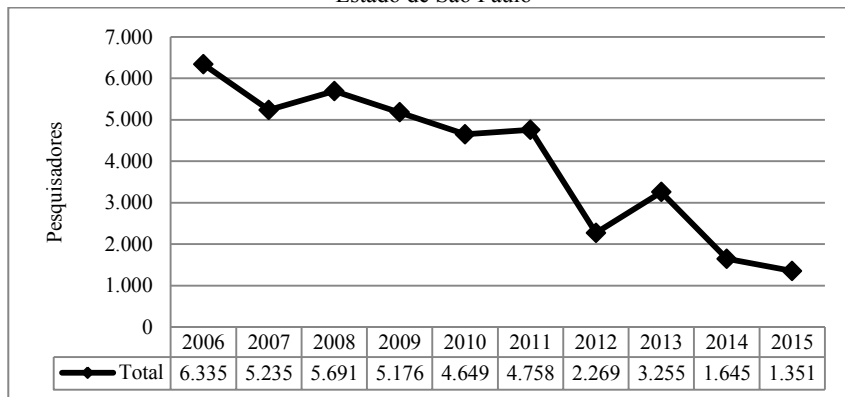
A análise das palavras-chave, por fim, permite concluir que as temáticas mais procuradas envolvem o contexto da cidade e do estado de São Paulo (90 trabalhos com a palavra “São Paulo”). Os grandes temas da escravidão, imigração, ditadura militar (incluindo repressão política e resistência) e movimento operário – muitas vezes associados entre si – abarcam boa parte dos trabalhos. A imprensa aparece como palavra-chave em 22 deles, representando às vezes o uso desta como fonte ou como objeto central da análise. As temáticas da religião, educação, saúde, futebol e ferrovias também têm, de forma mais difusa, seu espaço nas pesquisas.

3 ENSAIANDO ALGUNS PORQUÊS

Corroborando os dados levantados sobre a relação entre as fontes do Arquivo Público e os trabalhos da pós-graduação, podemos ainda observar uma tendência de queda no nível de frequência geral no salão de consultas, setor responsável – até meados de 2015 – pelo atendimento aos pesquisadores que solicitavam o acesso à documentação textual e bibliográfica, visto que a consulta aos documentos cartográficos e iconográficos, por questões de conservação, ocorre em espaços distintos.

O gráfico 4 – que contabiliza consulentes do salão de consulta (incluindo DEOPS), – mostra uma queda vertiginosa nos últimos quatro anos. Entre 2011 e 2012, esta é explicada pelo fechamento durante a fase final de construção do novo prédio, o que exigiu a interrupção do atendimento por seis meses. Após pequena recuperação em 2013, a curva volta a cair.

Gráfico 4 – Número anual de usuários do setor de Consulta do Arquivo Público do Estado de São Paulo



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de APESP, 2016b.

Não obstante tenha ocorrido a digitalização do acervo dos tradicionais jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, em 2011 e 2012, respectivamente, tal fato, por si só, não explica a queda de consulentes ao APESP. Ainda que isso deva, de alguma

forma, ter afetado o quantitativo de usuários presenciais dos serviços da instituição, visto que o material bibliográfico respondeu, em média, por 30% da documentação utilizada nas teses e dissertações analisadas, a queda de 3.255 em 2013 para 1.645 em 2014 e 1.315 em 2015 continua consistente, pois são relativas a anos posteriores à referida disponibilização online dos acervos dos jornais em questão.

O que representa este cenário na relação entre a comunidade de historiadores e o Arquivo Público do Estado de São Paulo? Como se explica a tendência de redução da utilização dos acervos do Arquivo para a pesquisa de pós-graduação? Qual a razão deste distanciamento dos programas de pós-graduação, desta diminuição progressiva no uso das fontes custodiadas pelo Arquivo? Por que a preponderância dos programas da capital? Estarão as explicações na realidade dos programas? Ou nas tendências historiográficas? Ou ainda nas políticas de Arquivo?

Quanto à realidade dos programas de pós-graduação, alguns aspectos puderam ser observados na análise do conjunto de teses e dissertações desses últimos 10 anos. É observável, por exemplo, o alcance suprarregional das temáticas desenvolvidas pelos pesquisadores em formação na pós-graduação em História da PUC-SP. Parte significativa de seus alunos provém de estados do Norte e Nordeste, assim como suas temáticas de estudo. Consequentemente, acabam por utilizar-se de fontes de arquivos e bibliotecas de fora de São Paulo. A USP já carrega esta tradição há mais tempo, seguida também pela Unicamp.

Já a UNESP – com seus programas de pós-graduação afastados da metrópole – mostra como tendência a produção de trabalhos com fontes locais ou então com o uso de documentos coletados em cópia pela própria instituição em seus centros de documentação. Verifica-se também a constância de trabalhos relativos ao mundo ibérico, assim como à história antiga.

A pluralidade regional dos três primeiros naturalmente afasta os pesquisadores do Arquivo Público do Estado de São Paulo, o que não ocorreria no caso da tendência localista da

UNESP, uma vez que a documentação do Arquivo também abarca o interior do estado de São Paulo.

Entendemos, neste caso, que os inconvenientes relativos à distância entre os campi e a cidade de São Paulo (manutenção dos pesquisadores na cidade para extensa pesquisa em arquivo) pesam na decisão da temática a desenvolver e das fontes a consultar, sobretudo em nível de mestrado. Tais questões nos levam a refletir, no limite, até mesmo sobre qual seria a preponderância da localização geográfica não só na utilização ou não de documentação de arquivo, mas também a respeito dos rumos da historiografia, visto que as fontes, embora não nos revelem o que devemos dizer, invariavelmente estabelecem os parâmetros da pesquisa histórica, impedindo-nos de admitir interpretações inverídicas, exercendo, assim, o seu “poder de veto” (KOSELLECK, 2006, p. 188).

“Fontes têm historicidade: documentos que ‘falavam’ com os historiadores positivistas talvez hoje apenas murmurem, enquanto outros que dormiam silenciosos querem se fazer ouvir”, (PINSKY, 2005, p.7). O século XX estimulou a ampliação dos objetos da História assim como de suas fontes. Receituários, cardápios, listas de compras, letreiros, legendas e uma infinidade de papéis antes desqualificados para a análise histórica – além da cultura imaterial, oral e visual – passaram a fazer parte do rol das fontes dos pesquisadores, o que poderia explicar a menor procura por fontes tradicionais como as guardadas por arquivos que custodiam a documentação produzida pela administração pública.

Ao analisar a produção historiográfica da pós-graduação nacional, Fico e Polito (1996) perceberam, à época, o reflexo dessa inflexão, diagnosticando, também um crescimento vertiginoso da área da História.

O que diremos dos últimos 10 anos! Em última análise, podemos afirmar que, no campo das fontes documentais, “tem pra todos”: fonte oral; imprensa; cinema, música e também documentos públicos, nos arquivos públicos. E mesmo novos objetos podem ser estudados com fontes tradicionais: “nem

sempre uma mudança radical do objeto implica uma mudança radical do documento” (KARNAL; TATSCH, 2012, p. 16).

Outra razão que explicaria a diminuição progressiva do uso do Arquivo Público do Estado de São Paulo é a macro política institucional. Não foi em seus primeiros anos de existência que o Arquivo forjou sua vocação para a História. Até no mínimo sua oficialização no século XIX, era função do Arquivo fazer a “expedição, tramitação e registro de toda a documentação produzida ou recebida pelo capitão general, além de dar publicidade aos atos do governo” (MARTINS, 2013, p. 232).

Porém, já em 1842, a direção do Arquivo reconhece o potencial histórico do acervo, percebendo no conjunto de documentos acumulados pela Secretaria de Governo funções que iam além do suporte administrativo ao governo. A reconfiguração – termo utilizado por Martins para caracterizar as transformações ocorridas no APESP –, só ocorreu, no entanto, após o advento da República, ocasião na qual este recebeu a responsabilidade de “guardar, organizar e preservar toda a documentação legislativa, administrativa, histórica e geográfica de São Paulo” (MARTINS, 2013, p. 234), além de produzir estatísticas sobre a realidade estadual. Inicia-se então o uso de seus documentos para a produção da História paulista nos moldes consagrados pelos então frequentadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Em meio à falta de recursos e prestígio, o Arquivo foi se constituindo, no decorrer do século XX, como espaço privilegiado da pesquisa histórica. Já em 1953, “os funcionários se especializaram em atender historiadores e selecionar material para seus consulentes de maior prestígio” (MARTINS, 2013, p. 237-238) e essa vocação se intensificava a cada década, transformando-o em um “centro de estudos históricos”.

Na década de 1970, torna-se mais forte o contato com historiadores profissionais e com a pós-graduação que vinha se solidificando, o que levou à busca pelas fontes documentais nos arquivos. Corrobora essa percepção o fato de José Witter, supervisor da instituição à época, indicar em sua tese de livre-

docência que o Arquivo do Estado “historicamente detém ele um acervo de valor inestimável e é a instituição a fornecer a maior quantidade de subsídios aos estudiosos, principalmente àqueles dedicados à História de São Paulo” (WITTER, 1981, p. 51). Concomitantemente, a preocupação com a modernização dos arquivos e com uma regulamentação do setor ganha espaço, rouba a cena, e, aos poucos, a questão da *gestão documental* começa a se destacar como função de arquivo.

Cumpre ressaltar que, para os fins desse artigo, estamos trabalhando com a definição de gestão documental em sua acepção mais comum na língua portuguesa, ou seja, associada às fases corrente e intermediária dos documentos (JARDIM, 2015), segundo a qual ela “refere-se à busca de economia e eficácia na produção, manutenção, uso e destinação final dos documentos” (JARDIM, 2011). O surgimento de uma arquivologia integrada vem dando, entretanto, outros contornos à questão, que está longe de ser consensual no campo teórico, quanto mais na prática. Na definição de Bernardes (1998), por exemplo, gestão documental compreenderia o conjunto de medidas que objetivam o controle dos documentos correntes, intermediários e permanentes de forma a garantir a eficiência administrativa e a preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural.

Tal tendência, isto é, a prevalência da gestão documental como atividade precípua dos arquivos, é corroborada nas ideias difundidas por Camargo e Goulart (2015) e Heloísa Bellotto (2007), nas quais podemos verificar que, entre as razões de ser de um arquivo público, o atendimento às demandas da pesquisa histórica é colocado em plano secundário. As funções primárias dos arquivos, na visão de Camargo e Goulart, seriam administrativas e, dos documentos que são guardados, comprobatórias. Funções educacionais, científicas, técnicas e culturais seriam prioridade de bibliotecas e museus.

Os documentos de arquivo são entendidos como “ferramentas de gestão”, o que significa dizer que são “instrumentos pelos quais as atividades [de pessoas jurídicas e

físicas] se realizam” e “comprovantes” de sua realização (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 23-24).

Já Bellotto adverte aos “administradores, os historiadores e para o público em geral que os arquivos das repartições públicas devem atender fundamentalmente as necessidades das administrações a que servem”. Ainda de acordo com a autora, um arquivo “Não alcançará a dimensão que lhe é devidamente devida, se fizer do seu recinto apenas um espaço culturais onde bem-sucedidos eventos sociais irão mascarar sua inércia e inoperância no que tange às suas verdadeiras atribuições” (BELLOTTO, 2007, p. 227).

No embate entre diferentes projetos e uso dos recursos, a tendência ao atendimento da administração prevaleceria, e o editorial da edição 63 da *Revista Histórica* (2015, p. 5), última antes da extinção da revista e posterior substituição pela *Revista do Arquivo*, é significativo e revelador da opção ou pela crença de que estaria optando pela “gestão documental” como atividade principal da instituição: “Não nos distanciamos dos historiadores, mas revelamos a equidistância do nosso ofício com outras áreas indissociáveis dos arquivos: gestão pública, administração, direito administrativo e, claro, as demais ciências da informação”.

No âmbito da micropolítica da instituição, todavia, notamos a falta de avanço no que se refere à descrição dos conjuntos documentais. Como afirma Bacellar (2005, p.51), “instrumentos de pesquisa são obras fundamentais à pesquisa, pois remetem o consulente, com maior ou menor precisão, às fontes disponíveis”. Na maior parte dos casos, o acesso aos documentos no APESP ainda se dá por meio dos antigos “catálogos topográficos”, instrumentos elaborados entre os anos 1999 e 2007. Seguindo a lógica de respeito à ordem física de disposição dos documentos no acervo, contém apenas descrições sumárias relativas à procedência ou produção do documento, às vezes à tipologia documental, à localidade e às datas-limite do conteúdo de cada caixa, lata, pasta ou encadernado, com poucas informações sobre o conteúdo dos respectivos invólucros.

A informatização desses dados permitiu alguns cruzamentos – por localidade ou qualquer palavra presente nos campos de descrição – e o registro do que vem sendo acessado por cada pesquisador. Porém, não se obtém informações para além dessas mencionadas e, não obstante, esse sistema de busca é de acesso local. O guia do acervo disponível no *site* tem recebido críticas quanto a sua confiabilidade e, mesmo depois de inúmeras revisões desde ao menos 2009, mantém-se deficitário ante as necessidades dos pesquisadores, embora conste que há uma nova versão do Guia do Acervo em elaboração desde 2014 (APESP, 2016a).

Em análise sobre o perfil do usuário da Casa Rui Barbosa, Oliveira e Barbatho (2016) observaram que a demanda dos pesquisadores por serviços remotos oriundos de instituições detentoras de acervos é cada vez maior. Mais que isso, os historiadores observaram que “a falta de acervo disponível online” é o principal obstáculo que os pesquisadores encontram ao realizarem suas pesquisas (56%), seguida de “interface que não proporciona autonomia” (22%) e “falta de informação detalhada sobre o acervo (10%)”. Como produto de seu tempo, os pesquisadores da nova geração demandam cada vez mais serviços avançados e disponibilizar a eles ferramentas de pesquisa e recuperação da informação torna-se imperioso aos arquivos.

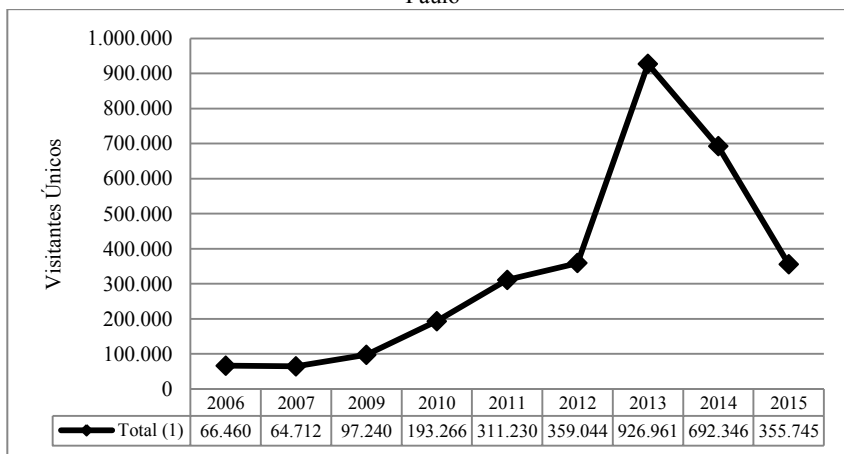
No caso do Arquivo Público do Estado, inúmeros bancos de dados com documentação digitalizada foram elaborados entre 2007 e 2014, muitos dos quais se encontram disponibilizados na internet para amplo acesso – caracterizando a política de democratização do acervo. No entanto, essa disseminação de fontes de pesquisa não parece ter representado – ao menos no âmbito dos programas analisados – uma ampliação de seu uso acadêmico, o que não é demérito no sentido mais geral do alcance de uma política de difusão de acervo.

Os projetos envolvendo difusão digital, durante os anos de 2007 e 2014, já previam isso: um uso do Arquivo por segmentos variados além da academia, (SÃO PAULO, 2009).

A falta de uma revisão do que foi disponibilizado e da atualização dos sistemas de busca assim como a interrupção, nos últimos anos, da política de publicação de fontes e instrumentos de pesquisa na internet, infelizmente, não contribuíram em nada para a democratização do acesso à informação de documentação permanente sob a guarda da instituição. Talvez isso explique, em parte, o que os dados a seguir nos mostram.

O gráfico 5 mostra a mensuração do número de visitantes únicos ao site do Arquivo desde 2006, independentemente da quantidade de páginas visitadas pelo usuário, desde que sua sessão não fique inativa por mais de 30 minutos. A quantificação, portanto, se faz a partir do IP de acesso de quem navega pelo site da instituição e é a forma utilizada para obter uma noção mais exata da quantidade de pessoas que utilizam o referido serviço.

Gráfico 5 - Total de visitantes únicos ao site do Arquivo Público do Estado de São Paulo



(1) Os dados referentes ao ano de 2008 não estão disponíveis. Apesar disso, optamos por iniciar a série em 2006 em razão de ser o marco temporal deste artigo.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de APESP, 2016c.

Como podemos observar, o acesso ao site da instituição teve uma trajetória ascendente ao longo de sete anos, encerrada em 2013, ano do pico máximo de visitas (926.961). Nos dois anos

seguintes, entretanto, o site experimentou uma queda brusca no total de visitantes e, em 2015, havia voltado ao patamar de 2012, na casa dos 350 mil acessos.

O grande número de acessos ocorrido em 2013 é explicável, em parte, pela publicação na internet de 1 milhão de páginas de documentos da documentação referente ao DEOPS. O evento de lançamento da página temática obteve grande destaque na mídia nacional e paulista – contou com a presença do governador Geraldo Alckmin e foi objeto de matéria em diversos veículos de rádio e televisão – em razão da já mencionada singularidade da documentação.

O fato de lançamentos desse porte não terem se repetido mais, aliado à interrupção na política de digitalização do acervo no período subsequente podem, de alguma forma, auxiliar na explicação sobre a queda no número de acessos ao site. É importante esclarecer, contudo, que ele não é objeto de consulta apenas de pesquisadores ou historiadores, mas de uma ampla gama de usuários como, por exemplo, os interessados na documentação referente à imigração com vistas à obtenção de dupla cidadania.

Os Arquivos Públicos não devem abdicar de atuarem como entes ativos no meio em que estão inseridos, pois são parte da relação presente-passado da sociedade às quais servem (BARROS; AMÉLIA, 2009; REIS, 2015). Devem, sim, estabelecer um permanente diálogo com os diversos setores sociais (BARBOSA; PEREIRA; SILVA, 2014) e, na relação com a comunidade acadêmica, avançar na produção de guias, catálogos e inventários contribuiria de forma efetiva para esta interlocução.

Ampliar a disponibilização de seu acervo é uma ação para a qual arquivos em geral e o Arquivo Público do Estado de São Paulo em particular deve se voltar como política institucional (BARBOSA; SILVA, 2012), pois ao promover a consulta aos seus instrumentos de pesquisa e ao seu acervo de forma remota, amplia o conceito de custódia e satisfaz as necessidades informacionais

daqueles que dela necessitam (GONÇALEZ; SANTANA; JORENTE, 2015). Ao eliminar barreiras financeiras, geográficas e de tempo dos cidadãos que utilizam seus serviços, a instituição democratiza o acesso à informação (FLORES, 2015).

4 CONCLUSÕES

O Arquivo Público do Estado de São Paulo metamorfoseou-se em suas funções ao longo de sua existência, em um pêndulo de atribuições ora privilegiando a administração, ora os pesquisadores, em especial os profissionais da História. Experimenta, na atualidade, uma função híbrida: formulador e implementador da política estadual de arquivos e de gestão documental dos documentos públicos da administração estadual, coordenador da integração sistêmica do Serviço de Informações ao Cidadão, e detentor de um rico acervo permanente que tem servido e ainda serve de base a inúmeras pesquisas acadêmicas.

A pesquisa observou, contudo, uma proeminente depreciação dessa faceta, por meio de acentuado declínio no número de consulentes presenciais, de visitantes à página da instituição e perceptível tendência de queda no uso da documentação sob sua guarda pelos alunos da pós-graduação paulista na área de História.

Nesse sentido, coloca-se a percepção dos autores dessa pesquisa de que sem uma sólida política de tratamento do acervo permanente – fonte principal das pesquisas acadêmicas –, aliada à estruturada política de difusão – inclusive digital –, a curva descendente de participação do Arquivo nas pesquisas acadêmicas, objeto central desse texto, se manterá.

De outra parte, entendemos que é necessário ouvir o que a comunidade acadêmica tem a dizer sobre a relação entre o Arquivo e a pós-graduação; as dificuldades que observa nesse convívio; como entende a importância dos Arquivos para a pesquisa histórica no século XXI, e se acredita que esta instituição ainda tem um papel relevante a cumprir na produção acadêmica

desse nível. Somente a partir desse debate será possível construir de forma sólida uma política de arquivo que atenda aos anseios da pesquisa em nosso tempo o que, de forma alguma, significa excluir os outros públicos que utilizam seus serviços.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas; n. 51).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Centro de Acervo Permanente elabora novo Guia de pesquisa**. Informativo do Arquivo Público do Estado de São Paulo nº 125 - 2ª quinzena de maio 2016a.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. **Resposta ao pedido de informação n. 65517168059**. São Paulo, 10 jun. 2016b.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resposta ao pedido de informação nº. 64287168058**. 13 jun. 2016c.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Acesso à informação, direito à memória: os arquivos públicos em questão. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 25, p. 265-276, 2012.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane Kleber. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.45-66, jan.- jun. 2012.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver. **Arquivo e sociedade:** experiências de ação educativa em arquivos brasileiros (1980-2011). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; PEREIRA, Carla Janaína de Freitas; SILVA, Stanley Plácido da Rosa. Ação Educativa a distância: relato de uma prática com professores no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Revista História Hoje**, v. 3, n. 5, p. 125-146, 2014.

BARROS, Dirlene Santos; AMELIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, abr. 2009.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **A representação da informação Arquivística:** uma análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos Espanhol, Canadense e Brasileiro. Tese (doutorado em Ciência da Informação). Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/ Marília, 2014.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Gestão documental e direito de acesso: interfaces. **Acervo**, v. 28, n. 2 (jul./dez. 2015). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011, Seção I, p. 1.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana.

Centros de memória: uma proposta de definição. São Paulo: SESC-SP, 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Evolução da formação de mestres e doutores no país.** 2016. Disponível em:

<<http://estatico.cnpq.br/painelLattes/evolucaoformacao/>>. Acesso em 13 abr. 2016a.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plataforma Sucupira.** 2016.

Disponível em: < <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 02 jun. 2016b.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. Teses e dissertações de história defendidas em 1995. **Revista Estudos Históricos**, [S.l.], v. 9, n. 17, p. 167-176, jul. 1996.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 240-251, 2015.

GONÇALEZ, Paula Regina Amorim; SANTANA, Ricardo César Gonçalves; JORENTE, Maria José Vicentini. Privacidade do usuário na atividade de busca: o caso do Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, n. 3, p. 137-151, jul/set, 2015.

JARDIM, José Maria. A construção de uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília 2011. **Anais...** Brasília: Thesaurus, 2011.

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Acervo**, v. 28, n. 2 (jul./dez. 2015). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. Maços, latas e softwares: o Arquivo Público do Estado de São Paulo e suas reconfigurações. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 231-242, jul./dez. 2013.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. Arquivos e documentos reveladores de crimes contra a humanidade. **Revista do Arquivo**. ano 1, n. 2, abr. 2016.

OLIVEIRA, Maria Velloso de Oliveira; BARBATHO, Renata Regina Gouvêa. Como os historiadores realizam suas pesquisas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 223-235, jan./jun., 2016.

PINSKY, Carla. Apresentação. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. **Biblioteca Digital da PUC-SP – SAPIENTIA**. Disponível em: <<http://www.sapientia.pucsp.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro. História e Arquivologia: alianças possíveis – um estudo de caso. **ÁGORA: Revista do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina & Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina.** v. 25, n. 50, p. 85-101, jan./jun. 2015.

REVISTA DO ARQUIVO. Trabalhando com documentos da repressão. **Revista do Arquivo.** ano 1, n. 2, abr. 2016.

REVISTA HISTÓRICA. Editorial. **Histórica: Revista Online do Arquivo Público do Estado de São Paulo.** Ano 11, abr. 2015.

SÃO PAULO (Estado). Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Relatório de conclusão do projeto apresentado ao BNDES: “Presença do imigrante na memória nacional: preservação e divulgação do conjunto documental dos Núcleos Coloniais da Região de Campinas (1886-1922)”** São Paulo, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 58.052, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei Federal n. 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo,** Poder Executivo, São Paulo, 17 maio 2012, Seção I, p. 1.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 61.035, de 01 de janeiro de 2015. Dispõe sobre as alterações de denominação, transferências e extinções que especifica e dá providências correlatas. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo,** Poder Executivo, São Paulo, 01 jan. 2015, Seção I, p. 1.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Resposta ao pedido de acesso à informação n. 96743.** São Paulo, 15 fev. 2016a.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.theses.usp.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2016b.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Resposta ao pedido de informação n. 12/2016**. Campinas, SP, 04 fev. 2016a.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Biblioteca Digital da UNICAMP**. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>>. Acesso em: 15 maio 2016b.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. **Resposta ao pedido de informação n. 41515161234**. São Paulo, 02 fev. 2016a.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. **C@thedra – Biblioteca Digital de Teses e dissertações**. Disponível em: <<http://unesp.br/portal#!/cgb/bibliotecas-digitais/cthedra-biblioteca-digital-teses/>>. Acesso em: 28 mar. 2016b.

WITTER, José Sebastião. **Arquivo e História**: o Arquivo do Estado de São Paulo na administração e na história. Tese (Livresocência em História). Universidade de São Paulo, 1981.

SÃO PAULO STATE PUBLIC ARCHIVES AND THE POST-GRADUATION HISTORIOGRAPHY IN THE STATE OF SÃO PAULO

Abstract: *The article proposes a study of São Paulo State Public Archives' contribution for the historiographical production of postgraduate programs in History of São Paulo universities. For this, it analyzes thesis and dissertations from 2006 to 2015 available in the search catalogs of those educational institutions to assess the relevance São Paulo State Public Archives' permanent collection had to researches completed during this period and also to reflect critically on the course taken by São Paulo State Public Archives. The result of the analysis points to a noticeable downward trend in the use of permanent documentation of the institution by Masters and Doctoral degree students in History postgraduate programs analyzed.*

Keywords: *Permanent Records. Historiography. São Paulo Universities. Postgraduate Program. Archives Management.*

Originais recebidos em: 24/06/2016

Aceito para publicação em: 03/11/2016

Publicado em: 09/12/2016